

Os pesquisadores do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM/UFF) vêm expressar a sua preocupação e o seu repúdio ao presente ataque militar israelense contra Gaza, tendo em vista o enorme número de mortos e a amplitude da destruição da infraestrutura civil. A atual escalada militar iniciou-se após os ataques do Hamas contra Israel em 07 de outubro de 2023, levando à morte de, pelo menos, 1.200 israelenses e o sequestro de outros 240. A resposta militar que se seguiu é claramente desproporcional e direcionada tanto contra a população civil palestina quanto aos militantes do Hamas, tendo já causado mais de 11 mil mortes, dentre as quais mais de 4 mil crianças. Os bombardeios incessantes de Gaza por parte de Israel levaram ao deslocamento forçado de mais da metade da população para o sul do território, o qual também está sobre ataques militares. Os bombardeios generalizados, somados ao fechamento das fronteiras do território, fazem com que a população não tenha como se abrigar da violência. O bloqueio israelense de Gaza impede que grande parte dessas pessoas tenha acesso à água potável e comida, além de medicamentos e combustível. Residências são destruídas em larga escala, o que inevitavelmente fará com que os sobreviventes fiquem desabrigados. Hospitais e clínicas são tratados pelo exército israelense como alvos militares e são frequentemente atacados, constituindo crime de guerra. A vulnerabilidade dos mais de 2 milhões de habitantes de Gaza diante da alta letalidade das ações militares israelenses nos leva a concluir que a inação da comunidade internacional permitirá que este massacre atinja proporções inauditas. Tal vulnerabilidade se estende aos palestinos da Cisjordânia, os quais também têm sido alvo de uma intensificação da violência por parte dos colonos e exército israelenses, resultando na expulsão de comunidades rurais palestinas e na anexação de seus territórios aos assentamentos judaicos.

Embora esses ataques do Hamas e as ações militares israelenses se mostrem sem precedentes nas suas proporções mortíferas, produzindo milhares de vítimas civis e destruição generalizada, estes se inscrevem em uma longa história de despossessão, ocupação e dominação colonial da população palestina por parte de Israel. A fundação do Estado de Israel em 1948 resultou em uma guerra por meio da qual 70% da população palestina foi expulsa de suas casas ou impedida de retornar para elas, significando uma limpeza étnica denominada pelos palestinos como *Nakba* (Catástrofe). Cisjordânia e Gaza

estão sob controle militar israelense desde 1967, sendo alvos de um projeto de colonização judaica cujo objetivo é anexar mais territórios a Israel. Embora os assentamentos israelenses tenham sido removidos de Gaza em 2005, o território permanece sob controle absoluto de Israel e sofre um severo bloqueio econômico, bem como inúmeros ataques militares desde 2007, sendo considerado pela ONU como território ocupado por Israel. Os refugiados palestinos dispersos por vários países desde a *Nakba* seguem sem nenhuma solução política para seu exílio, o qual dura mais de sete décadas.

Os Acordos de Oslo assinados entre Israel e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) em 1993, com o objetivo de criar um Estado palestino independente na Cisjordânia e em Gaza, não produziram os efeitos políticos prometidos. Com o avanço da colonização israelense, apesar da continuidade das negociações previstas pelos Acordos de Oslo, a população palestina se viu gradualmente confinada a territórios exíguos e economicamente inviáveis sob a administração da Autoridade Nacional Palestina, enquanto o restante do território e os recursos naturais da Palestina eram confiscados pelo Estado israelense para a construção de assentamentos judaicos. Atualmente existem cerca de 700 mil colonos judeus em assentamentos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, o que inviabiliza a “solução de dois Estados”, Israel e um Estado independente da Palestina, fazendo com que as declarações nesse sentido sejam um exercício retórico destinado a encobrir o avanço da colonização israelense. Essa situação, aliada ao crescente corpo de leis discriminatórias contra os palestinos tanto em Israel quanto nos territórios ocupados, levou organismos internacionais, tais como Human Rights Watch e Amnesty International, a declararem, em 2022, que Israel pratica os crimes de *apartheid*, perseguição e discriminação sistemática contra os palestinos<sup>1</sup>.

Assim, expressamos nossa solidariedade a todas as vítimas civis da violência, palestinas e israelenses, e a seus familiares. Reiteramos que a única solução possível para esse ciclo de violência é o cessar-fogo imediato. Consideramos urgente uma medida diplomática que inclua a libertação dos reféns e o fim da ocupação colonial e do sistema de *apartheid* que governa os territórios e populações palestinas de Gaza e Cisjordânia.

Niterói, 13 de novembro de 2023.

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (Coordenador - NEOM/UFF)  
Gisele Fonseca Chagas (Vice-Coordenadora – NEOM/UFF)

---

<sup>1</sup> <https://www.amnesty.org/en/location/middle-east-and-north-africa/israel-and-occupied-palestinian-territories/report-israel-and-occupied-palestinian-territories/>  
<https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>